

FERNANDO KÁ abandonou o curso de Medicina no quarto ano para assumir o combate à discriminação racial. Um exemplo de militância solidária



Elite

à prova de racismo

Barack Obama entrou para a história ao colocar o racismo no centro da campanha presidencial norte-americana. Em Portugal, a discriminação é tabu e os rostos do êxito das minorias, preferem não ter cor

REPORTAGEM DE *Christiana Martins*
E *Marisa Antunes* (TEXTOS) E *Jorge Simão* (FOTOGRAFIAS)

Romualda Fernandes, 54 anos

ADJUNTA DA SEC. EST. DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

«Discriminar, do latim *discriminare*, é, etimologicamente, o acto de diferenciar, distinguir, separar»

São a elite negra, indiana, chinesa e cigana de Portugal. Num país de maioria branca, de uma forma ou de outra, a maior parte foi discriminada. Mas há vencedores. Não gostam de servir de símbolo, perdem a cor quando têm êxito, mas aceitam falar das suas vitórias e derrotas.

São muitos, mais do que se vê, menos do que deveria ser. Ao contrário do que se passa nos Estados Unidos, não ostentam as origens para além daquilo a que são naturalmente obrigados quando têm de dar a cara na vida. As diferenças unem-nos, assim como a certeza de que falta um passo político que os coloque no centro das decisões. Ah! E que ninguém ponha em causa a sua portugalidade!

Conhecem-se todos. Quando se pergunta por um, os outros respondem e sugerem mais um nome. Nenhum dos representantes das minorias étnicas ouvido pelo «Expresso» se surpreende com as recusas em falar sobre a discriminação. Não se revoltam e até explicam as razões da incomodidade mascarada de discrição. António Costa, presidente da Câmara de Lisboa, com uma pele morena que não trai a origem goesa do seu pai, não quis falar. Joa-



«Aprendi o significado da palavra dignidade aos oito anos, quando vi o meu pai ser levado pela PIDE e a minha bisavó não o deixou sair de casa de cabeça baixa. O significado da palavra discriminação aprendi quando, depois do 25 de Abril, não me queriam deixar passar na fronteira para Espanha porque, diziam, já não era portuguesa. Aprendi o significado da palavra integração em Paris, quando ajudei a porteira do edifício onde eu vivia a resolver o pagamento do frigorífico. E foi na vida que aprendi a ultrapassar o preconceito. Desde Abril de 2005 que, no gabinete, trato dos temas ligados às migrações. Antes, era consultora para a imigração da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas. Fui consultora da Organização Internacional para as Migrações e assessora do alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, com funções no combate à discriminação. Cheguei a Portugal com 13 anos. O meu

pai, Nicolau Martins Nunes, foi o último deputado negro do Velho Regime. Nasci na Guiné-Bissau e cheguei a vogal do Conselho Superior de Magistratura. Antes da guerra fui procuradora-geral adjunta. Depois, assumi a direcção das relações internacionais da Resistência da Guiné-Bissau, Movimento Báfata. Licenciiei-me e fiz o mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade de Paris VIII e tenho pós-graduação em Direito Internacional aplicado à Economia, Nacionalidades, Condição de Estrangeiros e Direito Humanitário pelo Institut des Hautes Études Internationales. Fiz o curso do Centro de Estudos Judiciários. O meu currículo fala por mim, mas não me esqueço da frase de Luther King: «O racismo está moribundo, a questão é saber quão dispendioso os racistas tornarão o seu funeral». Irrita-me esta história de dizerem que sou minoria. A população portuguesa tem as origens mais diversas e, por isso, não admito que digam que não sou portuguesa.»

«Compreendi a palavra integração em Paris, com a porteira, e foi na vida que ultrapassei o preconceito»

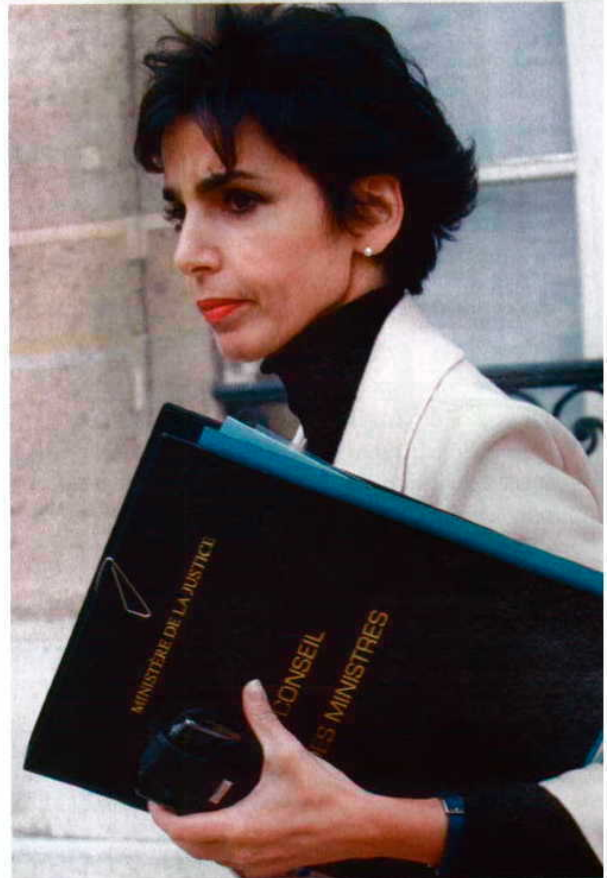
REPRESENTANTES DAS MINORIAS
étnicas estão a alcançar cargos de poder em todo o mundo. Estados Unidos e França lideram a quebra de tabus. Portugal ainda vai atrás



CONDOLEEZZA RICE
Estados Unidos



ANTÓNIO COSTA
Portugal



RACHIDA DATI
França



FRANCISCA VAN-DUNEM Portugal



ZEINAL BAVA
Portugal



BARACK OBAMA Estados Unidos



RAMA YADE
França

Fernando Ká, 40 anos

LÍDER DA ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE GUINEENSE

quim Góis, administrador do BES, também não. Nem Magda Vakil, da EDP. Não surpreende que não queiram navegar o renascer da onda do «black is beautiful», afinal, como contam os retratados, há discriminação «à portuguesa».

Angolana, em Portugal desde 1977, Francisca Van Dunem foi responsável pela Direcção de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa e é procuradora-geral distrital. Foi eleita pela maioria dos membros do Conselho Superior do Ministério Público. O seu nome foi ventilado para o cargo de Procuradora-Geral da República, em substituição de Souto Moura. Foi dela a decisão de dismantelar a equipa que liderou as investigações do processo de pedofilia na Casa Pia de Lisboa. Não quis falar ao «Expresso», mas cedeu um texto de homenagem a Cunha Rodrigues, de sua autoria, em que analisa a discriminação na lei penal em função da raça. Datado de 2001, o documento começa com um doloroso texto de mãe: «Nenhum facto da vida me deu tanto a dimensão da violência da discriminação racial como o estupor com que os meus filhos João e José, cada um a seu tempo, mas sem terem ainda completado os três anos, chegaram da escola e, entre o amargurado e o atónito, me interpelaram sobre a razão porque a diferença da sua condição racial legitima outros a amesquinhá-los e maltratá-los».

«Vivo em Portugal há 40 anos e reconheço as minhas origens, mas não me sinto mais guineense do que português. Não sou emigrante. Nasci em território português, como D. Duarte de Bragança, que é meu amigo, que nasceu na embaixada na Suíça. Entrei para Medicina e fiz o curso até ao quarto ano, mas a minha formação cristã (estudei para padre) fez-me optar pelo caminho que tenho seguido na Associação de Solidariedade Guineense. Entrei para o Partido Socialista em 1991 e fui militante até 2003, mas saí, totalmente desapontado. Sempre lutei pela integração dos militantes africanos, mas eles só servem para colar cartazes e para votar. É-lhes bloqueada intencionalmente a ascensão no partido. Nem mesmo quando o PS está no poder se vêem negros em cargos superiores. Não há assessores negros ou vereadores nas câmaras. Consideramos os britânicos mais racistas, no entanto, vê-se representatividade

em todos os sectores da sociedade. O PS tem de começar com as quotas, como nos Estados Unidos. Aqui só há alguma condescendência com os descendentes de indianos. Veja-se o António Costa ou o Narana Coissoró. No início, tinha muita confiança no António Costa, que foi presidente da FAUL, a Federação da Área Urbana de Lisboa. Mas o facto de ele pertencer a uma minoria não trouxe grandes contributos. É que a questão racial em Portugal é um tabu. Não se pode discutir o racismo. Mas este existe em todas as sociedades, sejam brancas ou negras. Não me venham dizer que em Portugal não existe racismo. O Alto-Comissariado é uma ofensa para a interculturalidade: um organismo criado para tratar das questões de integração que praticamente não tem negros. A tendência de muitos africanos que conseguiram destaque é esquecer os outros africanos. Encontro mais brancos a lutar ao nosso lado do que negros do topo.»



«Os militantes negros só servem para colar cartazes e votar. É-lhes bloqueada a ascensão no seio do PS»

Lin Yun, 47anos

ASTRÓNOMO

Investigadores e representantes das minorias étnicas afirmam que a violência racial é, sobretudo, psicológica. Aparece nas palavras, travestida de ironia. Serve para fazer graça, é insidiosa. O Código Penal Português passou a integrar, desde 1982, disposições específicas contra a discriminação racial mas o tema não é um problema nacional.

«Racismo: porque o outro não é como eu, odeio-o. De facto, odeio a diferença» (Key Contemporary Concepts, John Lechte)

A 21 de Março comemorou-se o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, 2008 é o Ano do Diálogo Intercultural. Nada parece mudar e 2007 foi consagrado pela Amnistia Internacional como o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. Segundo o Eurobarómetro, 64% dos cidadãos europeus dizem existir preconceito generalizado. Já a Comissão Europeia afirma que se verifica «discriminação racial directa e indirecta nos domínios do emprego, habitação, cuidados de saúde e acesso aos bens e serviços, afectando particularmente pessoas de raça negra e ciganos». O preconceito não é, contudo, igual para todos. Zeinal Abedin Mohamed Bava é, desde ontem, o novo presidente executivo do grupo Portugal Telecom. Chefia dez mil trabalhadores e é o responsável



«Culturalmente sou português, mas pago o preço de não ser 100% nem daqui nem da China»

«Nasci no Porto por acidente, três dias depois estava em Lisboa. O meu avô veio para Portugal, depois vieram os meus pais, que nasceram na China e para lá voltaram. Eu fiquei, com as minhas irmãs. Culturalmente sou português, mas pago o preço de não ser 100% nem daqui nem de lá. Quando fui à China pela primeira vez, com 25 anos, compreendi porque é que os ocidentais dizem que os chineses são todos iguais. Não sigo nenhuma religião, mas se tivesse alguma seria budista, não por ser de origem chinesa, mas porque não é tão fundamentalista. Não me recordo de ter sido discriminado, mas quando era criança lembro-me de dizerem: 'Olha o chinês!'. Ensinaram-me a responder: 'Olha o português!'. Mas sempre fui muito pacífico. É aborrecido ter sempre que soletrar o meu nome. Nos Estados Unidos, onde fiz o doutoramento em Astronomia e Física, não. Afinal, lá todos têm nomes estranhos. Só vou às lojas chinesas comprar ingredientes para cozinhar, mas gosto da comida portuguesa.

Não tenho uma explicação para ser cientista. É o lado idealista. Fui trabalhador-estudante e dei aulas no Secundário. Dirigi o Observatório Astronómico de Lisboa entre 2002 e 2006 e nunca pensei em sair de Portugal, mas, depois da licença em Barcelona... Continuo a ter carinho por Portugal, mas há uma zanga com o sistema educativo. Às vezes, apetece-me largar tudo e ser voluntário no SOS Voz Amiga. Não me casei nem tive filhos. Os meus filhos são os meus alunos. É a minha contribuição para o desenvolvimento da ciência. Há quem ganhe o Nobel, outros acrescentam pedrinhas ao edifício: grande parte dos actuais astrónomos portugueses passaram pela minha mão. Numa próxima vida, gostaria de estudar a inteligência emocional. Devíamos ensinar a lidar com as emoções porque as pessoas não sabem canalizar a agressividade do ser humano. Olhar o céu na Europa e na China é diferente: os ocidentais olham de fora, os orientais sentem-se parte da natureza.»

Adriano Malalane, 47 anos

ADVOGADO

por uma das maiores empresas do país. Disruptivo por natureza, será, aos 43 anos, o mais jovem presidente da «casa» e o primeiro muçulmano sunita, praticante, e pertencente a uma minoria étnica. Nasceu em Moçambique e veio para Portugal com nove anos, com os pais e a irmã. Apolítico, acredita na meritocracia e para ele a raça não é uma questão ou um problema. Apenas um rótulo a mais. Assim como a discriminação. Estudou em Londres, casou-se com uma portuguesa, católica, e é pai de três rapazes, educados ecumenicamente. Entrou para a PT com 33 anos e é o administrador mais antigo do grupo. Acredita que a religião não pode dividir as pessoas, e quando tem de se definir, resume-se: português e muçulmano. Na parede do seu gabinete da TMN tem um quadro da Associação de Trissomia XXI, que apoia, com uma frase-símbolo: «Todos diferentes, todos espectaculares».

A explicação para as diferentes formas de lidar com o preconceito é simples. Para a professora da Faculdade de Motricidade Humana Margarida Gaspar, que estudou os adolescentes de ascendência africana, «as grandes penalizações dos grupos minoritários esbatem-se ou desaparecem quando se controla o estatuto sócio-económico». O maior problema é a pobreza.

Este é o ponto central da discussão também para o que

«Sou de Zavala, Moçambique, a terra dos marimbeiros. A minha mãe estudou num colégio de freiras. O meu pai era professor e como falava fluentemente português e inglês, trabalhou como intérprete no consulado de Joanesburgo. Após a independência, mandaram fechar todos os colégios. Fomos muito maltratados, sobretudo aqueles que não aderiam a novos movimentos como a Organização da Juventude Moçambicana. No liceu Salazar, o reitor (que foi professor em Coimbra), deixou de ter autoridade de um dia para o outro e o liceu passou a ser gerido por um contínuo. Eu, que sempre quis estudar, percebi logo que as coisas não iam correr bem. Quiseram mandar-me para Cuba ou para a Roménia. Acusaram-me de não participar na «reconstrução nacional». Queria vir para Portugal, mas retiraram-me o passaporte. Só passados sete anos consegui fugir para a África do Sul. Estive lá como clandestino durante dois anos até que conheci o bispo de Braga, D. Eurico Dias Nogueira, que me ajudou a vir para cá. Passei muitas dificuldades enquanto tirava o curso de Direito na Universidade Católica. Não tenho ilusões de que há discriminação

em Portugal. Mas uma parte da sociedade não tem consciência que pratica actos racistas. Olhamos para as pessoas, olhos nos olhos, e percebemos que nem há maldade... É simplesmente ignorância. Mas ofende, deixa a pessoa diminuída na sua dignidade. Há outros que são racistas por maldade. Eu tive professores na Católica que eram assim. Eu era o melhor aluno da turma. O pior episódio que me aconteceu, e tive testemunhas, foi com o professor Soares Martinez, que me recusou uma oral em Direito Fiscal. E só devido à minha cor. Os meus colegas já tinham alertado que eu iria ter problemas com ele. Já o professor Jorge Miranda fez precisamente o oposto. No final da oral em Direito Constitucional chamou todos os alunos e disse que iria dar uma nota que nunca tinha dado: 17. Nunca fui discriminado em tribunal. Quando terminei o curso, e depois do período de estágio, abri o meu escritório em 1996. Posso assegurar que não conheço nenhum juiz que fosse prejudicar uma das partes num processo só porque é representado por um advogado negro. Se o advogado for tecnicamente bom, acaba por ganhar os processos...»

«Há casos de racismo por ignorância. Mas ofende sempre. Também há quem seja racista por maldade»



Celeste Correia, 59 anos

DEPUTADA DO GRUPO PARLAMENTAR SOCIALISTA

foi o primeiro alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, José Leitão. «É evidente que existem diferenças que têm de ser combatidas e a igualdade de oportunidades é a única resposta para acabar com a discriminação racial». José Leitão reconhece que na elite os nomes são sempre os mesmos: «António Costa, Francisca Van Dunem, Zeinal Bava, Fernando Ká, Celeste Correia», e diz que o problema «só acaba quando, em lugar de meia dúzia, forem centenas». Por isso, defende que «as lideranças políticas tinham a obrigação de incentivar a integração, mas há muita indiferença». E lembra que Portugal já foi mais ousado: «Na Assembleia Nacional do governo de Marcello Caetano havia a obrigação de incluir deputados negros. Era manipulação política, mas também bom senso».

José Leitão recorda: «No fim da década de 80, na Federação da Área Urbana de Lisboa surge um grupo de dirigentes socialistas interessados pela questão da integração dos imigrantes». António Costa era o coordenador do projecto. Acredita, contudo, que há condições para avançar com políticas mais pró-ativas, «sobretudo nas escolhas, porque, perante a igualdade de condições, há que optar pela diferença».

Também Jorge Malheiros, investigador da Universidade de Lisboa, defende que «a pertença de classe se sobrepõe à étnica». Explica que os goeses



«Passei muita fome quando cheguei a Lisboa.

Hoje sou a primeira-secretária da mesa da AR»

«Venho de Cabo Verde, de São Vicente. O meu pai tinha posses e a minha mãe era a filha da cozinheira. Quando nasci, a minha mãe foi mandada embora e fiquei com a minha avó até ela morrer. Percebi que se não estudasse, estagnava. Provavelmente, estaria a trabalhar numa loja... Aos 17 anos vim tirar o curso de Filologia Românica, em Lisboa. Passei muita fome, pois a bolsa de estudo não dava para nada. A meio do curso comecei a dar aulas de alfabetização na Associação Cabo-Verdiana. Já cá estavam muitos trabalhadores convidados por Marcello Caetano para construir obras como o metro. Foi quando apareceram as comunidades da Pedreira dos Húngaros, da Damaia... Até hoje, sou presidente da assembleia-geral da Associação Cabo-Verdiana. A partir dos anos 80, os portugueses perceberam que tinham cá imigrantes e alguns partidos despertaram. O grande obreiro da minha vinda para o Parlamento foi José Leitão, que fez um

protocolo com várias associações de imigrantes, para discutir a primeira legalização extraordinária, em 1992. Em 1995, Guterres convidou-me para tratar das questões da imigração no grupo parlamentar do PS. Hoje sou a primeira-secretária da mesa da Assembleia da República e sento-me ao lado de Jaime Gama. A lei da nacionalidade, aprovada no ano passado, foi uma grande conquista. Tenho orgulho em ter participado. Foi preciso ir com pezinhos de lã, mas não teve um voto contra. Os cabo-verdianos são vistos como a malta da Cova da Moura, mas há muita gente bem integrada, na Gulbenkian ou em boas empresas. Nunca me senti discriminada, porque disfarço, passo por portuguesa, mas já assisti à discriminação até na minha família, com as minhas irmãs mais escurinhas. O meu marido é português e tem a mania que sabe mais de Cabo Verde do que eu. A minha filha canta mornas e fala crioulo, o meu filho nunca disse uma única palavra.»

Hélder Amaral, 40 anos

DEPUTADO DO PARTIDO POPULAR

e os cabo-verdianos são as comunidades mais miscigenadas: «As suas elites aproximaram-se dos poderes coloniais, através da prestação de serviços administrativos. Nunca se bateram pela luta contra a discriminação. São transnacionais, apostaram a sobrevivência na invisibilidade».

Pedro Góis, docente e investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sublinha o subaproveitamento dos imigrantes qualificados: «Em Portugal e nos seus países de origem. Vêm estudar áreas em que Portugal não é carenciado e chegam a um estádio onde não há como regressar aos seus países».

Até mesmo comunidades que estão em Portugal desde o século XV, como os ciganos, não conseguem uma integração plena. Serão cerca de de 100 mil pessoas e são dos mais excluídos entre as minorias. O que Vítor Marques, presidente da União Romani Portuguesa, parece confirmar: «Apesar do sentimento rácico que existe em Portugal, mais facilmente um indiano, um africano ou um chinês conseguem trabalho do que um cigano».

O racismo é inculcado nas crianças, é alimentado nas escolas e perpetua-se no recrutamento profissional, acusa Vítor Marques, um dos poucos licenciados da comunidade. Os jovens até vão aos cursos de formação, mas, diz, «não há quem aceite ciganos para estagiar. E o Estado é o pri-

«Sou português de corpo e alma, apenas com uma cor diferente. Mas posso ser um exemplo para a comunidade africana. Paulo Portas chama-me, na brincadeira, o Barack Obama português, o que é um grande elogio. Nunca fui discriminado no PP e passei por todos os patamares. Fui presidente da Jotã, na concelhia, distrital e nacional, sou coordenador autárquico do partido, deputado... Os piores exemplos de racismo aconteceram-me no ensino. No liceu tive um professor, que era padre, e me dizia: «Para preto, és muito inteligente». Também na imprensa, que se rege por critérios muito estratificados, nunca se pondera se há alguém de cor que seja relevante. Pensa-se sempre que só pode ser porteiro, ou serve café, ou é motorista, segurança... Não há a divulgação de exemplos positivos. Se entra um operário ou uma mulher no Parlamento, divulgam, mas chega um africano e é ignorado. Com

frequência, tenho vontade de desistir. Mas não nos podemos esconder, nem sentir que a cor da pele é uma fatalidade. Costumava dizer que era a mascote de Silgueiro, Viseu, para onde vim, de Angola, com o meu pai. Tinha seis anos e era diferente, mas sempre tentei ver o lado positivo. Fui bem recebido pela comunidade, que me ajudou, até porque são quase todos familiares. Comecei muito novo como dirigente associativo. Passei a ser um líder cultural na região. Fui presidente da tuna, de uma associação recreativa, da assembleia geral do clube local... E despertei o interesse dos partidos. Escolhi o que todos achavam mais improvável. O PP é coerente com as políticas de imigração que defende. Só se pode dar oportunidade igual aos imigrantes se o país tiver condições económicas. O que é mais racional: o PP dizer que se deve receber imigrantes com critério ou o discurso das portas abertas e depois só ter exemplos de exploração?»



«Os piores exemplos de racismo aconteceram-me no ensino. Disseram-me: 'Para preto, és inteligente'»

Carlos Miguel, 51 anos

PRESIDENTE DA CÂMARA DE TORRES VEDRAS

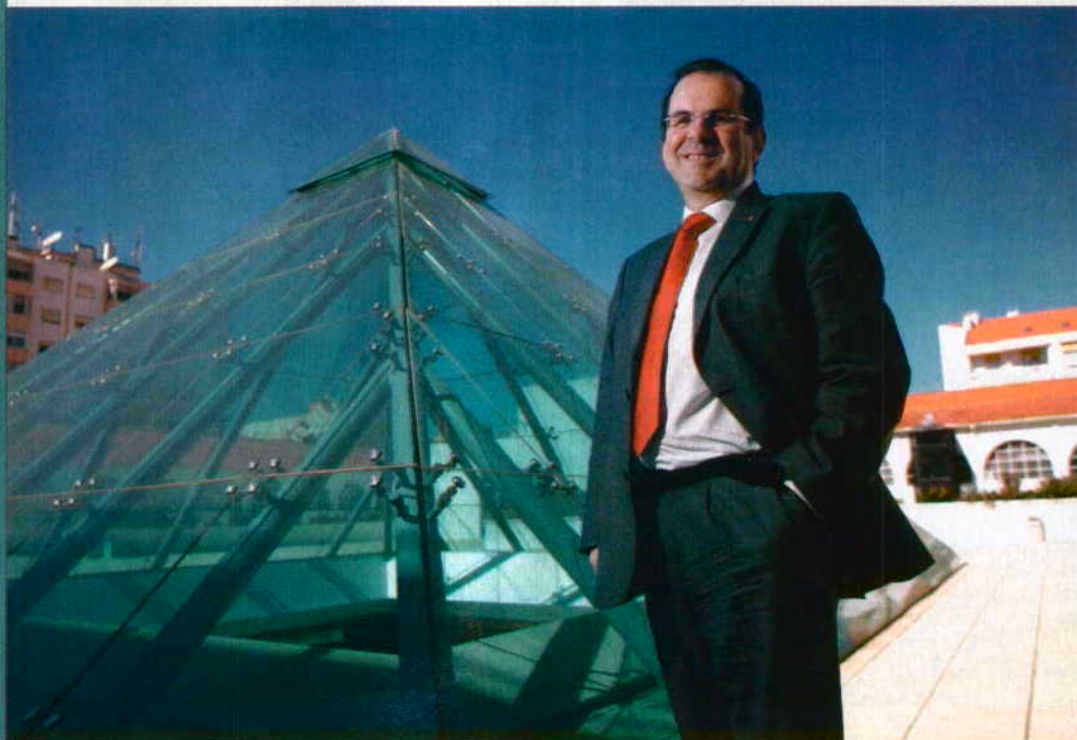
meiro a não dar um bom exemplo». A integração falha, sobretudo, pela ausência dos mediadores culturais.

Já Roberto Carneiro, ex-ministro da Educação de Cavaco Silva, reconhece que a comunidade chinesa é das menos discriminadas em Portugal. O professor universitário afirma ser «evidente que o acesso a cargos de destaque público em Portugal está longe de reflectir a multiplicidade étnica e sócio-cultural do país, nomeadamente na proporção demográfica das diferentes comunidades sócio-culturais residentes».

«Impõe-se aos Estados um dever de protecção dos cidadãos contra formas de discriminação com base na raça, fundada no postulado de igualdade de todos os seres humanos, princípio em que assenta a generalidade dos sistemas políticos e jurídicos contemporâneos»
(Francisca Van Dunem)

O Novo e o Velho Mundo relacionam-se de forma completamente distinta com as suas minorias étnicas. Em 2008, o Brasil comemora a passagem de 120 anos desde a publicação da Lei Áurea, legislação que aboliu a escravatura, mas dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que o rendimento recebido pela população negra é praticamente metade do da população branca.

O Brasil adoptou a política de quotas, com o objectivo de diversificar a composição ra-



«O meu pai era de etnia cigana e sempre fez vida de cigano, vendia calçado nas feiras. Era supersticioso, não podia ver um sapo... A minha mãe não era cigana e a relação dela com a comunidade sempre foi complicada. Não sei se não foi aceite ou se não o quis ser. A nossa família sempre foi bem vista em Torres Vedras. Tenho um irmão que é engenheiro. Eu era o filho do 'Carlos Cigano' e chamava a atenção porque ia ser doutor. A minha mãe era empregada fabril e o salário dela sempre foi para os nossos estudos. Fiz o curso técnico de serralheiro. Quando entrei no liceu, descobri a Filosofia. Acabei em Direito, não apreciei o curso, mas gosto de exercer. Não fui especialmente discriminado, mas não nego que o preconceito existe. Com sete anos, um colega disse-me que os pais não queriam que ele andasse comigo por eu ser cigano. Os pais da minha primeira paixão também não queriam que eu namorasse a filha. Fiquei revoltado quando uma prima foi baleada numa rixa entre famílias ciganas.

Alertei a polícia e responderam que 'sendo ciganos, que se matassem'. Tinha 15 anos. Até ao início do século XX ainda havia legislação contra os ciganos em Portugal e vão ter de passar três gerações para ultrapassar o preconceito. Quando pela primeira vez me candidatei à Câmara de Torres Vedras, há seis anos, houve argumentação ética, que no fundo era étnica. Até no seio do PS... A oposição, à boca pequena, alertava os eleitores para o facto de eu ser cigano. A minha expressão de revolta nestas alturas é oposta à da comunidade: em lugar de vomitar, engulo. Nunca reneguei as minhas raízes. Acho que estes comportamentos são por ignorância. Nunca tive dúvidas de que António Costa fosse eleito em Lisboa e acho que, se um dia o quiser, poderá ser primeiro-ministro. É mais fácil eleger um 'Obama' em Portugal do que nos Estados Unidos. Infelizmente continuo a ser um caso raro. Ser cigano está-me no sangue, não tenho culpa.»

«Perante situações de discriminação racial, em lugar de vomitar, engulo. Nunca reneguei as minhas raízes»

Lucas da Cruz, 77 anos

ADVOGADO E EX-ADMINISTRADOR DA CIMPOR

cial da elite, afinal é o país com a segunda maior população negra do mundo, atrás apenas da Nigéria. Mesmo assim, a hipótese de um negro ingressar na universidade é de cerca de 18%, subindo para 43% entre os brancos.

Com Lula da Silva na presidência do Brasil, há ministros negros na Cultura, no Ambiente e no Desporto e uma Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, mas não há negros na presidência das grandes empresas estatais nem das maiores empresas privadas. O Brasil tem até o Dia Nacional da Consciência Negra, mas estes continuam a morrer mais por homicídios.

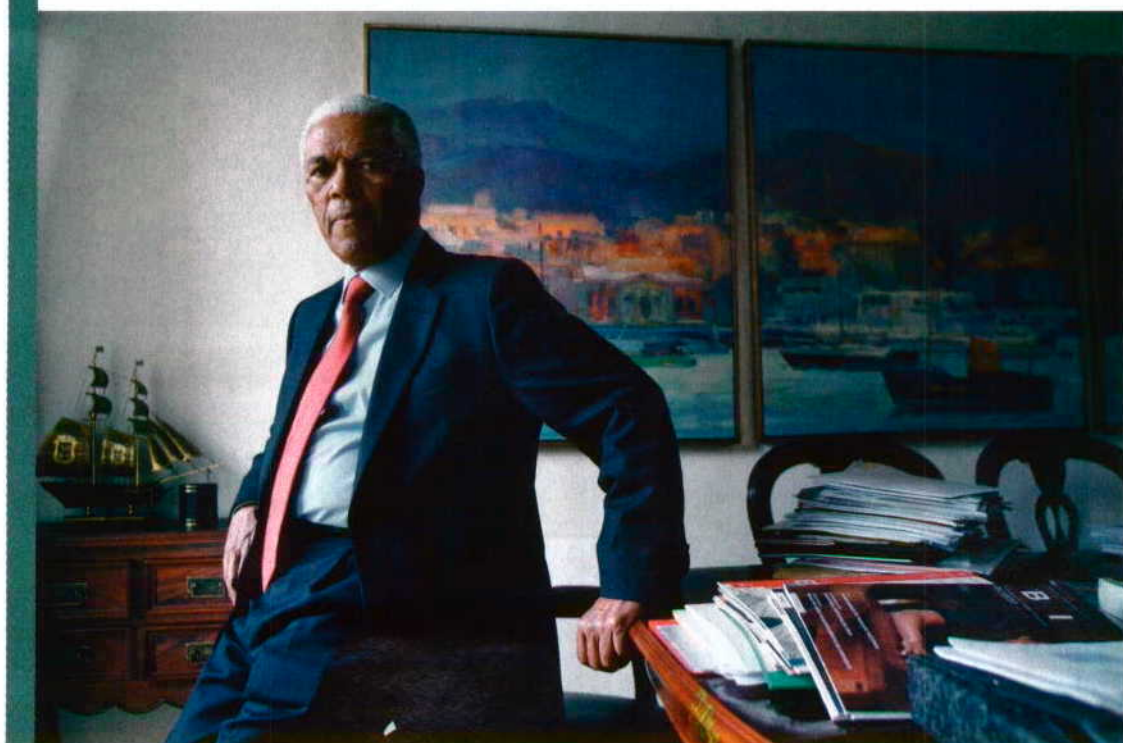
Apesar do fenómeno Barack Obama e das conquistas já garantidas, os Estados Unidos não resolveram o problema da discriminação racial. Segundo o jornal «The Washington Post», há cerca de 18 milhões de homens negros nos Estados Unidos, mas, por exemplo, na cidade de Nova Iorque, 50% estão desempregados. Mesmo Obama é acusado de não ser suficientemente negro. O seu outro «pecado» é ser Hussein de nome e, em parte, com origens muçulmanas. É o único senador negro na actual legislatura. A sua bandeira é dizer que é possível mudar. Será?

Curioso é que nos governos mais à direita se encontram alguns dos principais representantes políticos de minorias étnicas. Os republica-

«Já tive tempo para aprender que para sermos iguais temos de ser melhores. Sei que sou uma excepção e assumo que a maior parte dos africanos não têm as qualificações exigidas pelo mercado. Não sei qual a pior discriminação, se a causada pela pigmentação, se a da falta de qualificação. Mas não concordo com a vitimização, é uma desculpa. Tinha 26 anos quando saí de São Vicente, Cabo Verde, e vim para Lisboa estudar Direito, com uma bolsa, que fiz questão de pagar. Nunca perdi um exame. Não sou um perdedor. Acabei o curso com 14 valores. Já era casado, tinha dois filhos e pensava voltar, mas fiquei. Os estudantes de pele escura eram olhados com curiosidade. Fui colega de Jorge Sampaio, de Freitas do Amaral, de Jorge Miranda e mantenho estes relacionamentos até hoje. Não senti preconceito porque nunca chumbei e permitiam que eu conversasse com eles. O resto esquecia-se porque havia

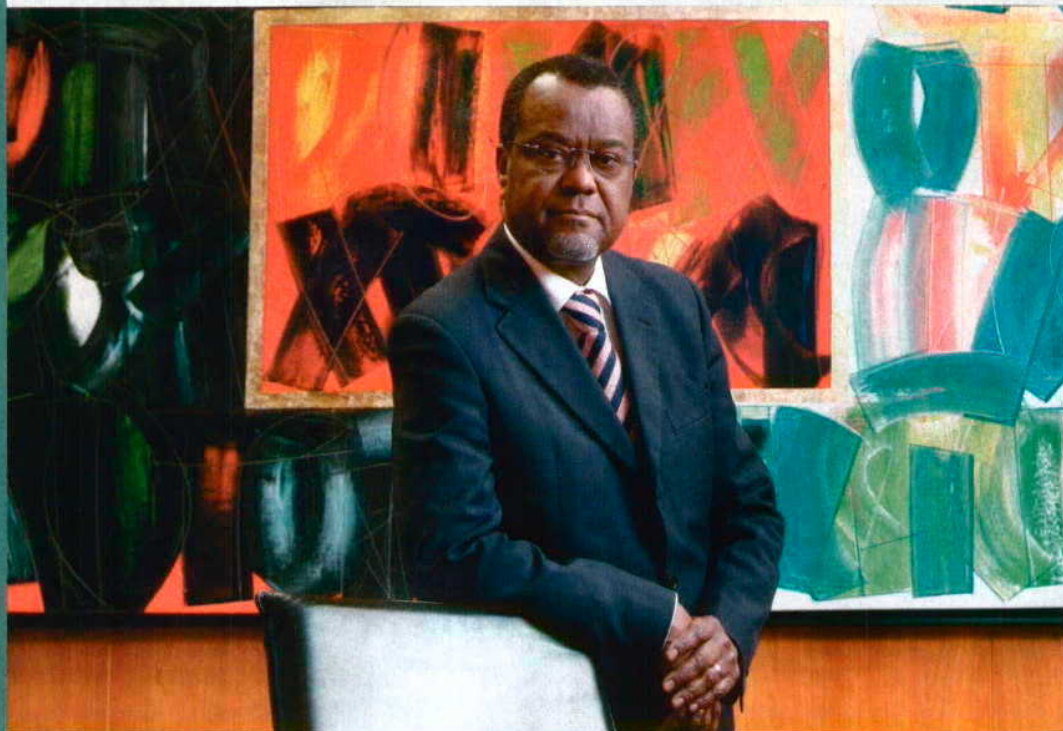
igualdade intelectual. Além disso, não estava em Portugal para olhar a essas questões. Sou até o sócio número seis do Clube de Golfe dos Ingleses. Em 1964 fui convidado para a Sacor por um professor. Até hoje sou quadro da Sacor/Petrogal. Mais tarde, fui para o Ministério da Indústria como chefe de gabinete do secretário de Estado das Finanças. Queria saber como funcionava o poder. Devo ter sido dos únicos negros no Governo. Bayão-Horta, ex-ministro da Indústria, convidou-me para a administração da Cimpor. Fiquei 19 anos e reformei-me há seis. Em 1968 fundei a Casa de Cabo Verde. Não foi inocente. Queria mostrar que a comunidade tinha membros qualificados. Os cabo-verdianos construíram hospitais e escolas onde não podiam entrar. Há muito sangue, suor e lágrimas nossos em Lisboa. E a minha preocupação esteve sempre com esta gente porque ser elite não é um privilégio, é uma responsabilidade.»

«Não sei qual a pior discriminação, se aquela causada pela pigmentação, se a da falta de qualificação»



Valdemar Correia, 59 anos

ADVOGADO



nos norte-americanos exibiram Collin Powell e Condoleezza Rice, Nicolas Sarkozy ostenta Rama Yade, muçulmana de origem senegalesa e secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros, ou a poderosa Rachida Dati, ministra da Justiça, de origem marroquina e argelina.

Mas quem fala em racismo não se pode esquecer do caso de Ayaan Hirsi Ali, a deputada holandesa de origem somali que perdeu a sua nacionalidade por ter adulterado o seu nome durante o processo de naturalização. Muçulmana, foi perseguida por denunciar abusos contra as mulheres islâmicas. Foi dela, também, o argumento do documentário sobre Theo Van Gogh, o realizador holandês assassinado por um radical muçulmano em 2004.

Na Europa é impossível fazer estudos sobre a real situação das minorias raciais. A Directiva Europeia de 29 de Junho de 2000 estabelece que se «aplica o princípio de igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica». No ponto 6, diz mesmo que a UE «rejeita as teorias que tentam provar a existência de raças humanas separadas». Desde então, todas as pesquisas estão interditas de fazer qualquer identificação com base em critérios étnicos. Apesar disso, Agostinho de Miranda, sócio do escritório Miranda Correia Amendoeira & Associados, publicita que 31% dos seus advogados são negros porque acredita na riqueza da mis-

«Vim de Angola sozinho, de barco. Ainda não tinha completado 20 anos e trazia apenas uma bolsa simbólica do governo angolano, que tinha por estratégia premiar os bons alunos. Fui colega de escola primária do sócio-fundador deste escritório, Agostinho Pereira de Miranda. Já estou há 39 anos em Portugal. Vim para estudar Direito e, quando chegavam as férias, não tinha dinheiro para visitar a família. Na altura, contavam-se pelos dedos os estudantes negros nas universidades portuguesas. Estudei em Lisboa e em Coimbra, onde a integração foi melhor, porque éramos considerados quase família. Depois cheguei a voltar para Angola, fui magistrado e até estive na direcção da Polícia Judiciária, mas não aguentei e retornei a Portugal porque não me integrei na minha terra natal. Casei com uma guineense que vivia em Portugal. Aqui, cumpri o serviço militar e até carreguei a bandeira nacional. Estive sob o comando de Oteio Saraiva de Carvalho e aderi ao Movimento do 25

de Abril. Em Mafra, habituei-me a ouvir os comentários de 'olha o preto da Guiné!'. Profissionalmente, passei pela Presidência do Conselho de Ministros e pelos ministérios da Justiça e das Finanças, como técnico superior aduaneiro. Fui mesmo o primeiro português negro na direcção de alfândegas. Andei pela Covilhã, por Vila Real de Santo António e em Lisboa, e sempre aguentei os olhares de curiosidade. Gosto de me apresentar bem. Mesmo assim, uma vez, um importante empresário português entrou no meu gabinete de director das alfândegas e, como só me viu a mim, saiu, dizendo que o director não estava lá. Quando voltou a entrar, expliquei: 'Sou negro, mas sou director'. Na altura tinha a jurisdição sobre todos os barcos que entravam no Tejo! Aos meus filhos, de 31, 27 e 25 anos, passo a mensagem de que não se deve recorrer à vitimização. É curioso que cada filho tem uma cor diferente, mas são de Lisboa e nunca mostraram interesse em ir a Angola.»

«Fui o primeiro português negro na direcção das alfândegas. Sempre aguentei olhares de curiosidade»

Faranaz Keshavjee, 40 anos

CONFERENCISTA E PROFESSORA UNIVERSITÁRIA

cigenação: «É uma grande força desta sociedade». Diz que os clientes procuram o escritório pela quantidade de advogados oriundos de África e com experiência nos mercados africanos. Mas reconhece: «Não está no código genético tratar igualmente o que é diferente e, por isso, há hostilidade étnica».

«A Constituição da República proclama a equivalência de todos os cidadãos em dignidade social e proíbe a discriminação em razão da raça, sexo, ascendência, língua, religião, convicções políticas ou outros factores similares (Art.º 13.º)».

Para combater as estratégias subtis do preconceito, o até há menos de dois meses Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, Rui Marques, diz que «está a ser desenvolvido um código de conduta contra a discriminação étnica por parte dos directores de Recursos Humanos». Na Suécia, por exemplo, já se adoptaram os currículos anónimos: sem foto, morada e nome completo. Só um número. «Para ultrapassar o preconceito talvez sejam necessárias mais duas ou três gerações», afirma Rui Marques, que acrescenta: «Quando um membro de uma minoria tem sucesso social e profissional, prefere deixar-se absorver pela maioria. Ganha direito à transparência. Era positivo que aceitassem ser líderes de opinião, mas a maioria afasta-se do discurso étnico».

smartins@expresso.pt

«A minha vida mudou com a publicação dos **Versículos Satânicos**. Foi um choque quando cheguei a Portugal, com seis anos, vinda de Moçambique, e as vizinhas da rua da Atalaia chamavam-me 'retornada'. O fenómeno Salman Rushdie colou-me uma nova identidade. Antes, passava despercebida, mas os muçulmanos tornaram-se potenciais agressores. Uma vez, num jantar, quando disse que era xiita, a filha de uma amiga respondeu-me: 'Se não te conhecesse, diria que tens uma granada debaixo do rabo'. Com o 11 de Setembro, fracturou-se qualquer sentimento de unidade. Percebo quem recusa dar a cara contra a discriminação. Independentemente das pertenças religiosas, ou das origens geográficas, as pessoas sentem-se portuguesas. Não se consideram minorias e ficam ofendidas. As diferenças não se sentem quando se nasce, são socialmente construídas. Não me posso pôr de joelhos e pedir desculpas por ser quem sou. Sempre fui e sou portuguesa. Estudei no Liceu Francês

e nunca entendi quando me perguntavam pela pintinha na testa. Fico satisfeita com o renascimento de um movimento 'black is beautiful', que inclui os indianos, porque é a construção da auto-estima positiva. Desagrada-me que o poder em Portugal não reflecta a diversidade étnica do país. Sou ismaili, sociedade baseada no secretismo, onde, quem não tem sucesso, não existe. Fiz mestrado sobre a representação das mulheres e descobri que não havia muitas diferenças entre muçulmanas e portuguesas. Em Londres fiz uma pós-graduação que me levou ao Egipto, aprendi árabe, persa, estive no Tajiquistão. Tenho uma filha de 10 anos e um rapaz de quatro. Ambos frequentam um colégio católico. Ela foi eleita delegada pastoral! Sem dramas, tranquilizou-me: 'É tudo muito parecido'. O grande desafio é lidar com as diferenças e é preciso dotar as pessoas de capacidade de diálogo, até porque elas estão no hífen: português-indiano-muçulmano-estudante... Não são uma coisa nem outra, são o que está no meio.»

«As diferenças não se sentem quando se nasce, são socialmente construídas. Fui e sou portuguesa»



MINORIAS ÉTNICAS

A elite que rompe tabus

Dez exemplos de profissionais que se afirmaram pela competência e venceram os obstáculos da discriminação racial em Portugal. Pessoas sem medo de dar a cara pela igualdade, assumindo a diferença



